



**Índice de Transparência**  
dos Municípios de Pernambuco

**Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**

## **Sumário Executivo**



**Índice de Transparência**  
dos Municípios de Pernambuco

**Exercício 2016**

**Recife**  
**Dezembro/ 2016**



**Índice de Transparência**  
dos Municípios de Pernambuco

## **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**

### **PRESIDENTE**

Carlos Porto

### **CONSELHEIROS**

Marcos Loreto – Vice-Presidente  
Dirceu Rodolfo – Corregedor Geral  
João Campos – Diretor da Escola de Contas Públicas Prof. Barreto Guimarães  
Ranilson Ramos – Ouvidor  
Teresa Duere – Presidente da 1ª câmara  
Valdecir Pascoal – Presidente da 2ª câmara

### **PROCURADOR GERAL**

Cristiano Pimentel

### **AUDITOR GERAL**

Ruy Ricardo Harten Júnior

### **NEGÓCIO**

Melhoria da gestão pública

### **MISSÃO**

Fiscalizar e orientar a gestão pública em benefício da sociedade

### **VISÃO**

Ser reconhecido como instrumento efetivo na melhoria da gestão pública,  
na defesa do interesse social e no combate à corrupção.



© Copyright 2016, Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco  
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

<[www.tce.pe.gov.br](http://www.tce.pe.gov.br)>

Para leitura deste Sumário Executivo, acesse a página do TCE/PE na internet, no seguinte endereço:

<<http://www.tce.pe.gov.br>>

Permite-se a reprodução desta publicação,  
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,  
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

P452i

Pernambuco. Tribunal de Contas do Estado  
Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco. -- Recife:  
TCE-PE, 2016.  
30 p. (Sumário Executivo)

Traz as principais informações sobre o levantamento realizado pelo NAE/GATI e DCM, com o objetivo de avaliar a situação da transparência pública dos portais das Prefeituras dos municípios Pernambucanos.

1. Auditoria. 2. Transparência. 3. ITMPE . I. Gerência de Auditoria de Tecnologia da Informação (GATI) II. Departamento de Controle Municipal (DCM). III. Título

CDU 336.1

Catálogo na fonte: Biblioteca Conselheiro Jarbas Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1. OBJETIVO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b> .....	6
<b>2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E O ITM<sub>PE</sub></b> .....	6
2.1 Cálculo do Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM <sub>PE</sub> ):.....	7
<b>3. NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA</b> .....	9
<b>4. DIAGNÓSTICO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DAS PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO EM 2016</b> .....	10
4.1 Disponibilização de Sítio da Prefeitura e Portal da Transparência.....	10
4.2 Transparência da Gestão Fiscal .....	11
4.2.1 Informações de RECEITA .....	11
4.2.2 Informações de DESPESA.....	12
4.2.3 Outras Informações.....	13
4.3 Lei de Acesso à Informação .....	13
4.4 Acessibilidade dos Portais da Transparência .....	14
4.5 Atualização das informações da Sessão Receita .....	15
4.6 Atualização das informações da Sessão Despesa .....	15
4.7 Atualização das Informações da Sessão Licitações .....	16
4.8 Nível de Transparência dos Portais das Prefeituras de Pernambuco em 2016.....	17
4.9 Evolução do Índice Médio de Transparência das Prefeituras dos Municípios de Pernambuco .....	19
4.10 Evolução das Notas do ITM <sub>PE</sub> (2015-2016).....	20
4.11 Evolução do Nível de Transparência das Prefeituras (2015-2016) .....	20
4.12 Evolução do ITM <sub>PE</sub> 2016 das Prefeituras que em estavam nos níveis Inexistente ou Crítico em 2015 .....	21
4.13 Nível de Transparência x População .....	22
4.14 Municípios com maiores ITM <sub>PE</sub> em 2016 .....	23
4.15 Municípios com menores ITM <sub>PE</sub> em 2016 .....	24
4.16 Municípios que mais melhoraram o ITM <sub>PE</sub> em 2016 .....	25
4.17 Transparência dos Municípios com menos de 10.000 habitantes.....	26
<b>5. INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O TRABALHO REALIZADO</b> .....	28
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	29



Índice de Transparência  
dos Municípios de Pernambuco

## APRESENTAÇÃO

Dando-se continuidade ao projeto iniciado em 2015, é apresentado agora o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM<sub>PE</sub>) relativo ao ano de 2016, obtido a partir do mais recente levantamento realizado nos Portais de Transparência das 184 Prefeituras pernambucanas.

Em relação aos patamares alcançados no ano anterior, o índice médio de transparência apresentou elevação de 362,11 para 422,80, demonstrando visível evolução, amadurecimento e otimização da qualidade da informação, disponibilizada pelos Municípios Pernambucanos, de modo geral, em seu Portais de Transparência, destacando-se a exitosa atuação do Tribunal de Contas de Pernambuco, através de ações pedagógicas e de auditagens, emissão de Alertas de Responsabilização e instauração de processos de sua competência.

Ressalte-se também a constatação do crescimento do número dos municípios que atingiram os níveis “Moderado” e “Desejado” de transparência pública, resultados estes, apresentados com os demais dados e métodos de diagnósticos adotados, nos gráficos e estatísticas adiante detalhados.

Por fim, cabe considerar que o desafio continua, pois muito ainda há de ser feito na busca da transparência da gestão pública. O Tribunal de Contas de Pernambuco não medirá esforços no sentido de fomentar e contribuir para formação de uma sociedade cada vez mais cidadã, justa e comprometida com a coisa pública.

CARLOS PORTO DE BARROS  
Conselheiro Presidente

## **1. OBJETIVO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Com fundamento no disposto no art. 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal e com o objetivo de estimular a melhoria da transparência pública e, conseqüentemente, facilitar o controle social, pelo segundo ano consecutivo o Tribunal de Contas de Pernambuco buscou realizar um diagnóstico dos portais da transparência no âmbito das prefeituras municipais do Estado de Pernambuco mediante o estabelecimento de um índice de transparência, o ITM<sub>PE</sub> - Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco.

Neste trabalho, será apresentado o diagnóstico da transparência pública no âmbito dos municípios pernambucanos, para o exercício 2016.

## **2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E O ITM<sub>PE</sub>**

A avaliação dos portais da transparência das prefeituras de Pernambuco tomou por base as exigências contidas na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Complementar nº 131/2009, que determina a disponibilização em tempo real de informações sobre a execução orçamentária e financeira, no Decreto nº 7.185/2010, que regulamenta a LC nº 131/2009, e na Lei nº 12.527/2011 (LAI), que regulamenta o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

A partir do levantamento das exigências legais, foram definidos 51 critérios de avaliação, os quais foram detalhados em um ou mais subcritérios, totalizando 149 subcritérios de avaliação. Para cada subcritério foi atribuído um grau de atendimento (sim, não ou parcialmente). Considerando os 184 municípios pernambucanos, durante todo o trabalho foram realizadas um total de 27.416 verificações.

Os critérios de avaliação foram organizados em dois grupos: Conteúdo e Requisitos Tecnológicos, compostos pelos seguintes subgrupos:

<b>1. Conteúdo</b>
1.1 Transparência da Gestão Fiscal
1.2 Lei de Acesso à Informação
<b>2. Requisitos Tecnológicos</b>
2.1 Do Sítio do Portal da Transparência
2.2 Da Sessão Receita
2.3 Da Sessão Despesa
2.4 Da Sessão Licitações
2.5 Da Sessão Contratos

## 2.1 Cálculo do Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM<sub>PE</sub>):

A comparação entre os Portais da Transparência avaliados foi viabilizada a partir do Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM<sub>PE</sub>) obtido por cada uma das prefeituras, o qual pode variar entre zero e 1000 pontos.

Para o cálculo do Índice, foi definida uma pontuação a ser atribuída a cada critério de avaliação, conforme a sua importância relativa.

Saliente-se que cada critério foi avaliado de forma estática, isto é, a pontuação considerada foi aquela correspondente à informação disponibilizada pela prefeitura no momento da avaliação.

A tabela a seguir apresenta a pontuação consolidada dos grupos, subgrupos e critérios avaliados, a pontuação máxima possível e o percentual que a representa no cálculo do ITM<sub>PE</sub>:

<b>Crerios de Avaliao</b>	<b>Pontuao Mxima</b>	<b>% Mximo</b>
<b>1. CONTEUDO</b>	<b>600,00</b>	<b>60,00%</b>
<b>1.1 Transparncia da Gesto Fiscal</b>	<b>420,00</b>	<b>42,00%</b>
1.1.1 Verificaes preliminares	20,00	2,00%
1.1.2 Informaes de RECEITA	65,00	6,50%
1.1.3 Informaes de DESPESA	250,00	25,00%
1.1.4 Outras Informaes	85,00	8,50%
<b>1.2 Lei de Acesso a Informao</b>	<b>180,00</b>	<b>18,00%</b>
1.2.1 Informaes disponibilizadas na internet	180,00	18,00%
<b>2. REQUISITOS TECNOLGICOS</b>	<b>400,00</b>	<b>40,00%</b>
<b>2.1 Requisitos tecnolgicos gerais para o sio do Portal da Transparncia</b>	<b>104,00</b>	<b>10,40%</b>
2.1.1 Ferramenta de pesquisa de contedo	15,00	1,50%
2.1.2 Comunicao com o rgo/entidade detentor do site	22,00	2,20%
2.1.3 Acessibilidade para pessoas com deficincia	24,00	2,40%
2.1.4 Cadastramento e senha para acesso	10,00	1,00%
2.1.5 Endereo eletrnico do Portal da Transparncia	5,00	0,50%
2.1.6 Usabilidade	28,00	2,80%
<b>2.2 Requisitos tecnolgicos para a sesso Receita</b>	<b>65,50</b>	<b>6,55%</b>
2.2.1 Gravao de relatrios	9,00	0,90%
2.2.2 Autenticidade e integridade das informaes	5,00	0,50%
2.2.3 Atualizao das informaes	9,00	0,90%
2.2.4 Delimitao temporal das consultas	9,00	0,90%
2.2.5 Srie histrica dos dados	9,00	0,90%
2.2.6 Facilidade para acesso aos dados abertos por softwares automatizados	9,00	0,90%
2.2.7 Divulgao da estrutura dos arquivos de dados abertos	3,00	0,30%
2.2.8 Atualizao dos dados abertos	5,00	0,50%
2.2.9 Srie histrica dos dados abertos	7,50	0,75%
<b>2.3 Requisitos tecnolgicos para a sesso Despesa</b>	<b>82,50</b>	<b>8,25%</b>
2.3.1 Gravao de relatrios	12,00	1,20%
2.3.2 Autenticidade e integridade das informaes	6,00	0,60%
2.3.3 Atualizao das informaes	12,00	1,20%
2.3.4 Delimitao temporal das consultas	12,00	1,20%
2.3.5 Srie histrica dos dados	12,00	1,20%
2.3.6 Facilidade para acesso aos dados abertos por softwares automatizados	12,00	1,20%
2.3.7 Divulgao da estrutura dos arquivos de dados abertos	4,00	0,40%
2.3.8 Atualizao dos dados abertos	5,00	0,50%
2.3.9 Srie histrica dos dados abertos	7,50	0,75%
<b>2.4 Requisitos tecnolgicos para a sesso Licitaes</b>	<b>82,50</b>	<b>8,25%</b>
2.4.1 Gravao de relatrios	12,00	1,20%
2.4.2 Autenticidade e integridade das informaes	6,00	0,60%
2.4.3 Atualizao das informaes	12,00	1,20%
2.4.4 Delimitao temporal das consultas	12,00	1,20%
2.4.5 Srie histrica dos dados	12,00	1,20%
2.4.6 Facilidade para acesso aos dados abertos por softwares automatizados	12,00	1,20%
2.4.7 Divulgao da estrutura dos arquivos de dados abertos	4,00	0,40%
2.4.8 Atualizao dos dados abertos	5,00	0,50%
2.4.9 Srie histrica dos dados abertos	7,50	0,75%
<b>2.5 Requisitos tecnolgicos para a sesso Contratos</b>	<b>65,50</b>	<b>6,55%</b>





**Índice de Transparência**  
dos Municípios de Pernambuco

2.5.1 Gravação de relatórios	9,00	0,90%
2.5.2 Autenticidade e integridade das informações	5,00	0,50%
2.5.3 Atualização das informações	9,00	0,90%
2.5.4 Delimitação temporal das consultas	9,00	0,90%
2.5.5 Série histórica dos dados	9,00	0,90%
2.5.6 Facilidade para acesso aos dados abertos por softwares automatizados	9,00	0,90%
2.5.7 Divulgação da estrutura dos arquivos de dados abertos	3,00	0,30%
2.5.8 Atualização dos dados abertos	5,00	0,50%
2.5.9 Série histórica dos dados abertos	7,50	0,75%
<b>TOTAL</b>	<b>1.000,00</b>	<b>100%</b>

### 3. NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA

De acordo com o  $ITM_{PE}$  obtido, os portais foram classificados em 5 (cinco) Níveis de Transparência, conforme a seguinte gradação:

<b>Nível de Transparência</b>	<b>Intervalo do <math>ITM_{PE}</math></b>
<b>Desejado</b>	<b>&gt;750 e &lt;= 1.000</b>
<b>Moderado</b>	<b>&gt;500 e &lt;=750</b>
<b>Insuficiente</b>	<b>&gt;250 e &lt;=500</b>
<b>Crítico</b>	<b>&gt;0 e &lt;=250</b>
<b>Inexistente</b>	<b>=0</b>

#### 4. DIAGNÓSTICO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DAS PREFEITURAS DOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO EM 2016

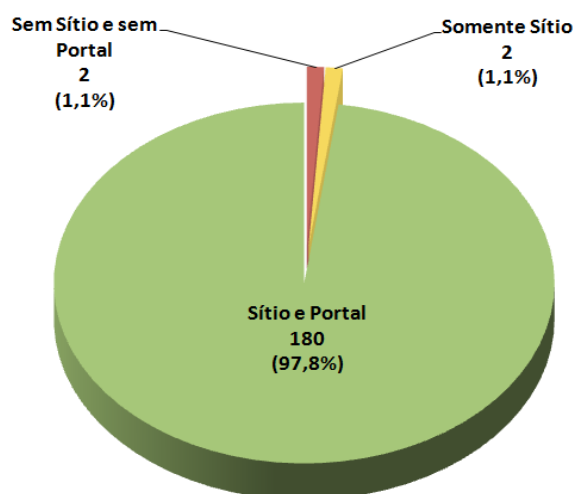
Para o exercício 2016, após o levantamento das informações e cálculo do ITM<sub>PE</sub> foi possível constatar os seguintes aspectos no que tange a transparência pública no âmbito das 184 prefeituras municipais do Estado de Pernambuco:

##### 4.1 Disponibilização de Sítio da Prefeitura e Portal da Transparência

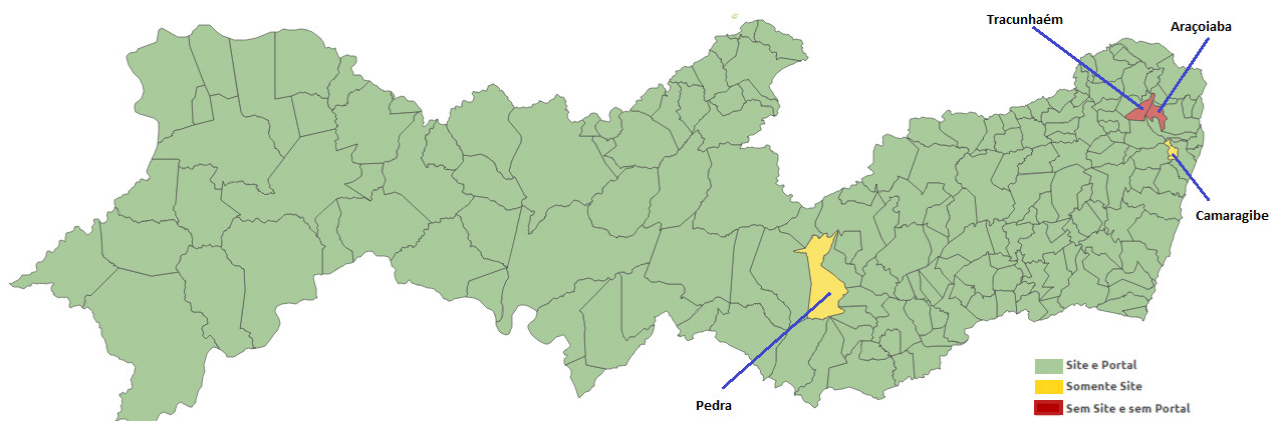
Constatou-se que um total de 4 (quatro) prefeituras dos municípios pernambucanos não possuem Portal da Transparência, o que prejudica o controle social por parte do cidadão, ante a indisponibilidade de informações. Além de não possuírem Portal da Transparência, 2 (duas) dessas prefeituras também não possuem sítio eletrônico.

A grande maioria (97,8%) das prefeituras dispõe de sítio e de Portal da Transparência, na rede mundial de computadores, todavia, há 2 (duas) prefeituras que dispõem somente de sítio eletrônico.

O gráfico a seguir apresenta a situação das prefeituras dos municípios de Pernambuco no que tange à disponibilização de sítio e Portal da Transparência, para o exercício 2016:



No mapa abaixo foram identificados os municípios cujas prefeituras possuem somente sítio eletrônico, bem como aqueles cujas prefeituras não possuem nem sítio e nem Portal da Transparência.



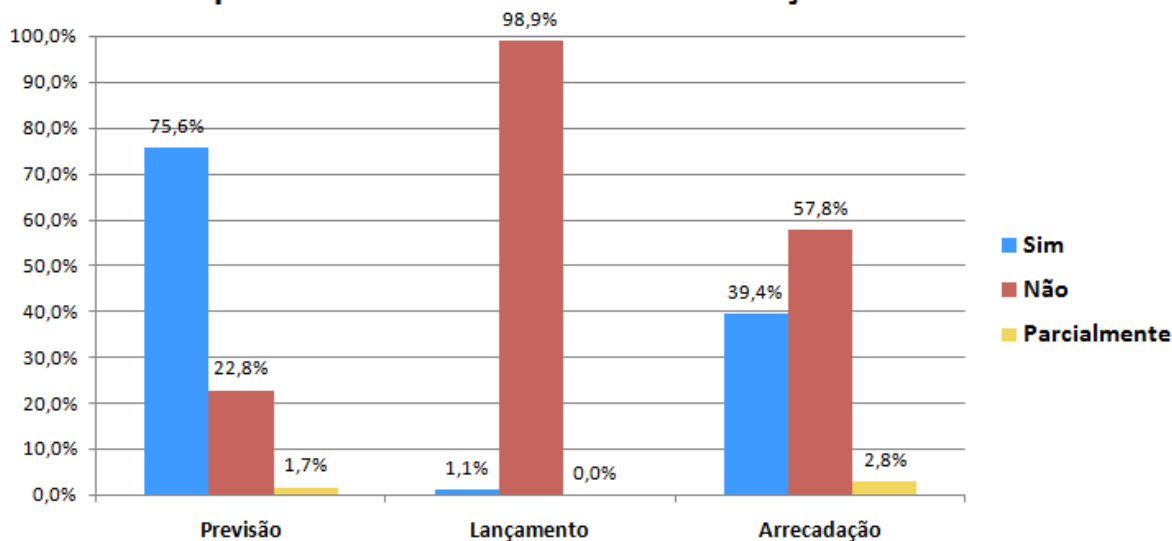
## 4.2 Transparência da Gestão Fiscal

Os gráficos a seguir apresentam a situação da transparência dos portais das prefeituras pernambucanas, com relação à gestão fiscal.

### 4.2.1 Informações de RECEITA

Em 2016, um percentual maior de prefeituras (75,6%) passou a disponibilizar informações referentes à receita prevista, contudo, com relação às informações referentes à receita arrecadada houve uma piora, em comparação ao resultado obtido em 2015, já que apenas 39,4% dos Portais da Transparência dos municípios pernambucanos estão disponibilizando essa informação (em 2015, eram 61,5%). Por outro lado, quase a totalidade dos Portais da Transparência (98,9%) informam os lançamentos da receita, conforme demonstra o gráfico a seguir:

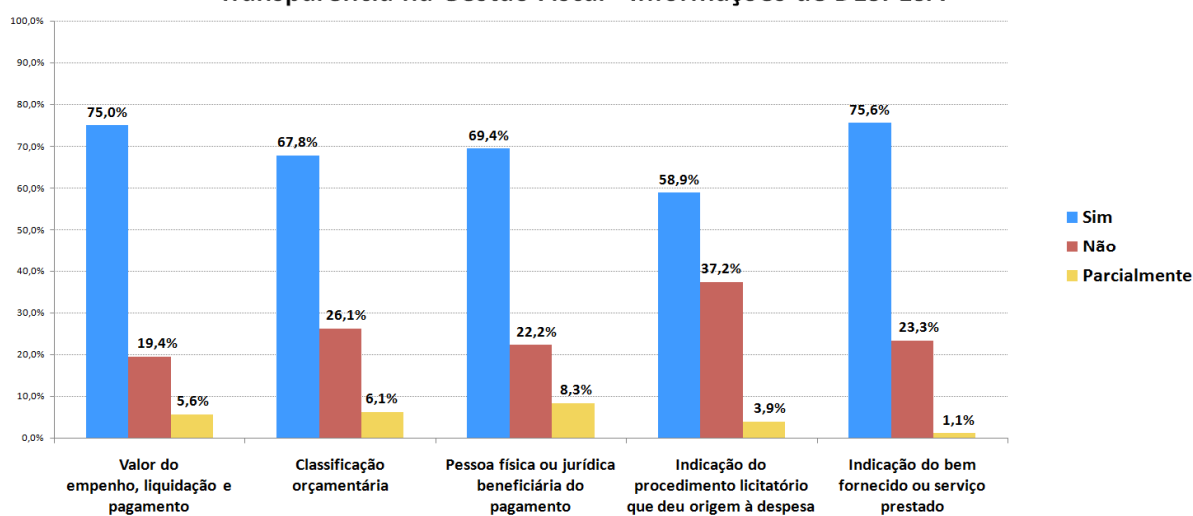
### Transparência na Gestão Fiscal - Informações de RECEITA



#### 4.2.2 Informações de DESPESA

Com relação às despesas, em 2016 houve uma melhoria geral das informações disponibilizadas pelos Portais da Transparência, notadamente no que tange à indicação do procedimento licitatório que deu origem à despesa e à indicação do bem fornecido ou serviço prestado, cujos percentuais, em 2015, eram de 31,8% e 57,9%, e passaram a ser de 58,9% e 75,6%, em 2016, respectivamente.

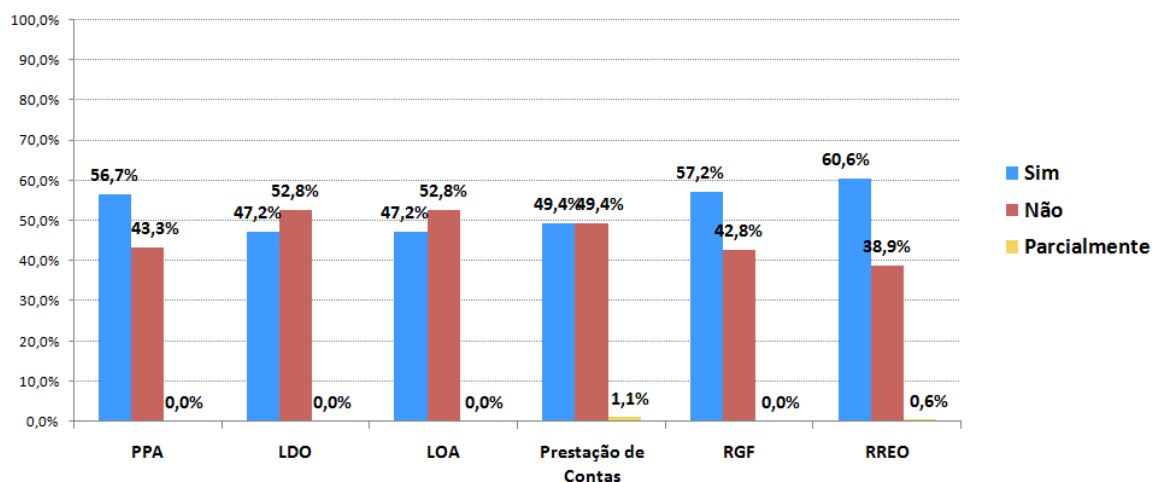
### Transparência na Gestão Fiscal - Informações de DESPESA



### 4.2.3 Outras Informações

Cerca de metade dos Portais da Transparência das prefeituras dos municípios de Pernambuco não disponibilizam informações referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e à Prestação de Contas. Contudo, em 2016, houve uma melhoria significativa dos Portais da Transparência no que tange à disponibilização do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), vez que 57,2% e 60,6% dos Portais passaram a disponibilizar tais informações, respectivamente.

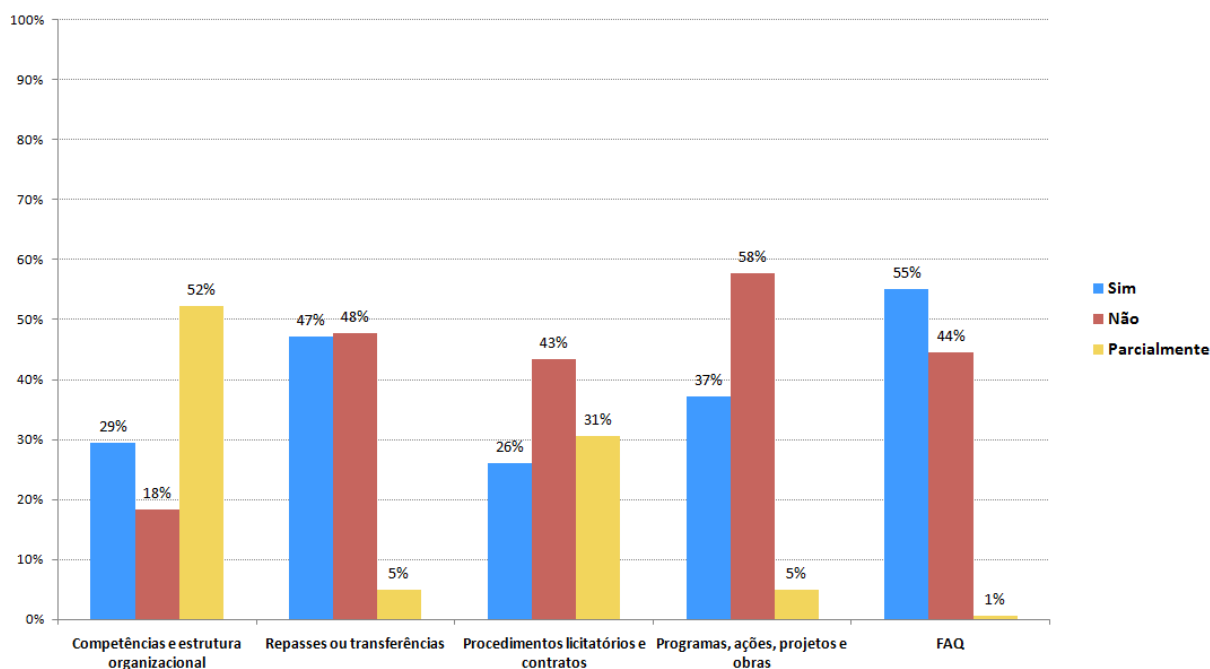
#### Transparência na Gestão Fiscal - Outras Informações



### 4.3 Lei de Acesso à Informação

De forma geral houve melhorias dos Portais da Transparência no que tange ao cumprimento das exigências da Lei de Acesso à Informação (LAI), já que para todos os critérios avaliados um percentual maior de prefeituras passou a cumprir as exigências da Lei, em 2016. A principal melhoria diz respeito à disponibilização da sessão de perguntas mais frequentes (FAQs) pela maior parte dos Portais da Transparência, cujo percentual em 2015 era de 25,3% e passou a ser de 55%, em 2016.

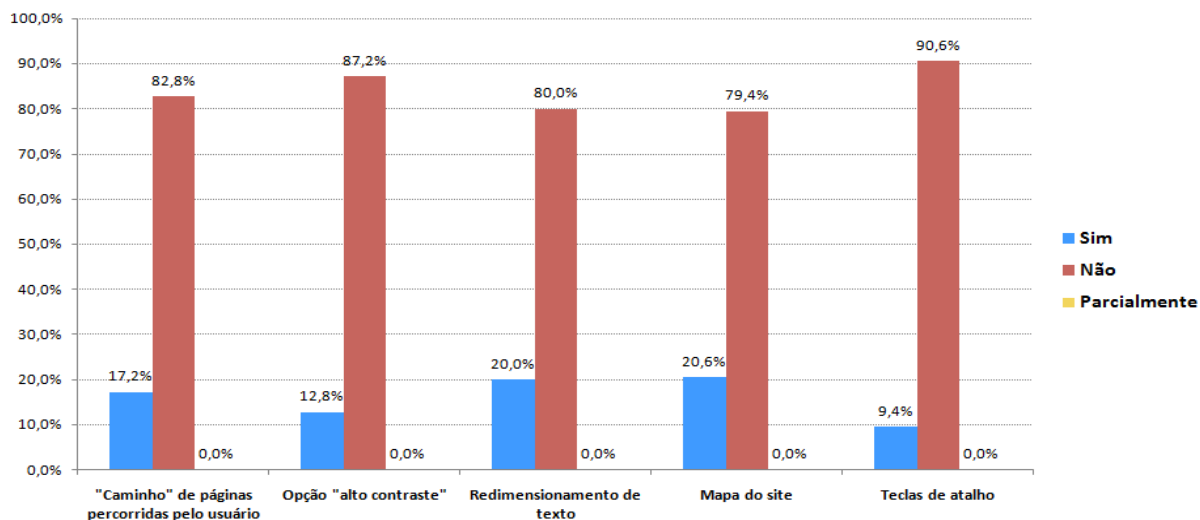
### Lei de Acesso à Informação - Informações Disponibilizadas



### 4.4 Acessibilidade dos Portais da Transparência

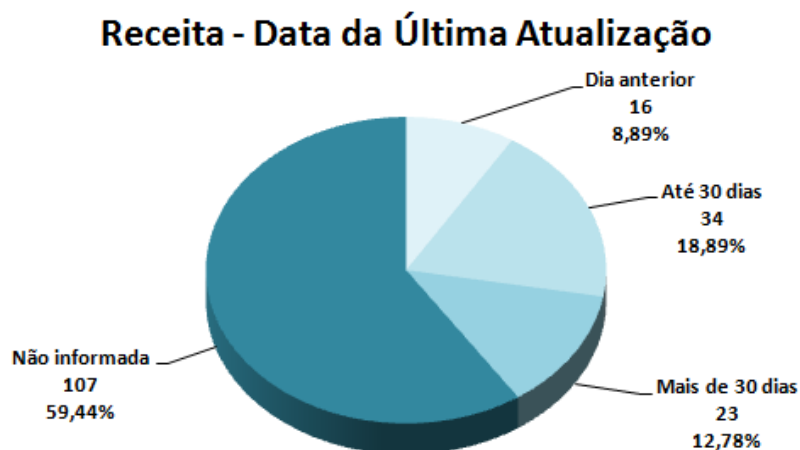
No quesito acessibilidade, a situação dos Portais da Transparência das prefeituras municipais do Estado continua, em regra, deixando muito a desejar. Houve uma pequena melhoria nos percentuais de atendimento com relação aos resultados de 2015, mas a grande maioria dos portais não atende aos requisitos legais mínimos exigidos para facilitar o acesso à informação às pessoas com deficiência, conforme demonstra o gráfico a seguir:

#### Sítio do Portal da Transparência - Acessibilidade



#### 4.5 Atualização das informações da Sessão Receita

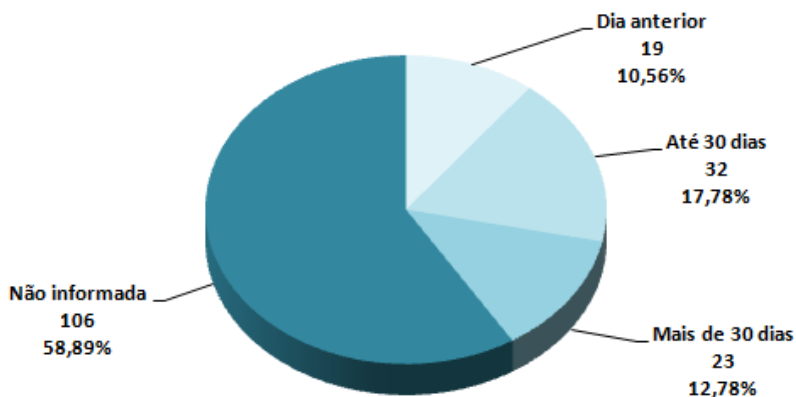
A maioria dos Portais da Transparência (59,44%) não informa a data da última atualização da Sessão Receita. Tomando-se como referência a data em que foi analisada a Sessão Receita, apenas 8,89% dos Portais da Transparência apresentam informações atualizadas até o dia anterior, enquanto 12,78% apresentam informações da Receita com atraso de mais de 30 dias.



#### 4.6 Atualização das informações da Sessão Despesa

A frequência de atualização da Sessão Despesa dos Portais da Transparência das Prefeituras continua baixa. Tomando-se como referência a data em que foi avaliado o Portal da Transparência de cada Prefeitura, constatou-se que apenas 10,65% delas havia disponibilizado informações da despesa no dia anterior. Já a maioria, cerca de 59%, não informa sobre a data da última atualização da Sessão Despesa, enquanto que apenas 17,78% atualizam as informações em até 30 dias, conforme mostra o gráfico abaixo:

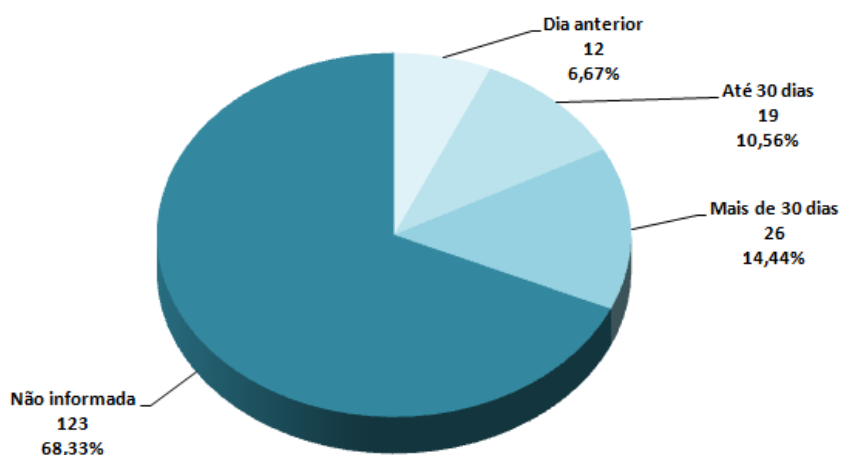
### Despesa - Data da Última Atualização



#### 4.7 Atualização das Informações da Sessão Licitações

Houve melhoria no que tange a redução do quantitativo de prefeituras que não informam a data da última atualização da Sessão Licitações e em razão do aumento do quantitativo de Portais da Transparência que atualizam as informações da Sessão Licitações até o dia anterior. Contudo, cerca de 15% dos Portais somente atualizam as informações da Sessão Licitações passados mais de 30 dias.

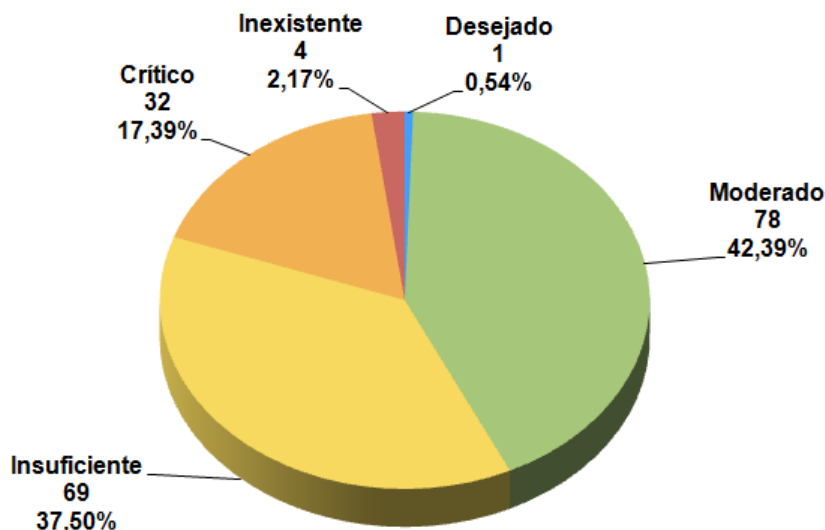
### Licitações - Data da Última Atualização



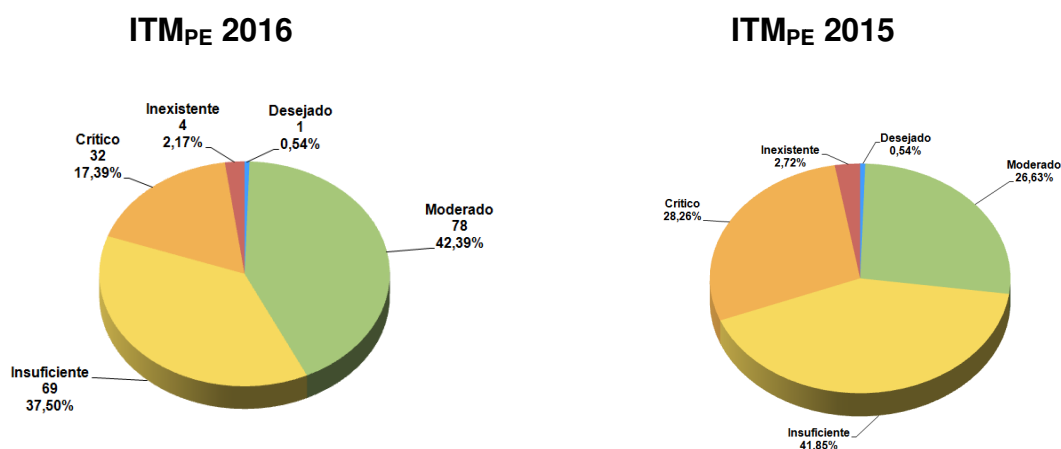


#### 4.8 Nível de Transparência dos Portais das Prefeituras de Pernambuco em 2016

Após o cálculo do Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM<sub>PE</sub>) referente ao exercício 2016, têm-se os seguintes quantitativos e percentuais de municípios por Nível de Transparência:



Ao se comparar o resultado obtido em 2016 com o obtido em 2015, constata-se que houve uma melhoria da transparência pública das Prefeituras municipais pernambucanas, o que ressalta o benefício decorrente desta ação promovida pelo Tribunal de Contas de Pernambuco na tentativa de viabilizar e fomentar o controle social.

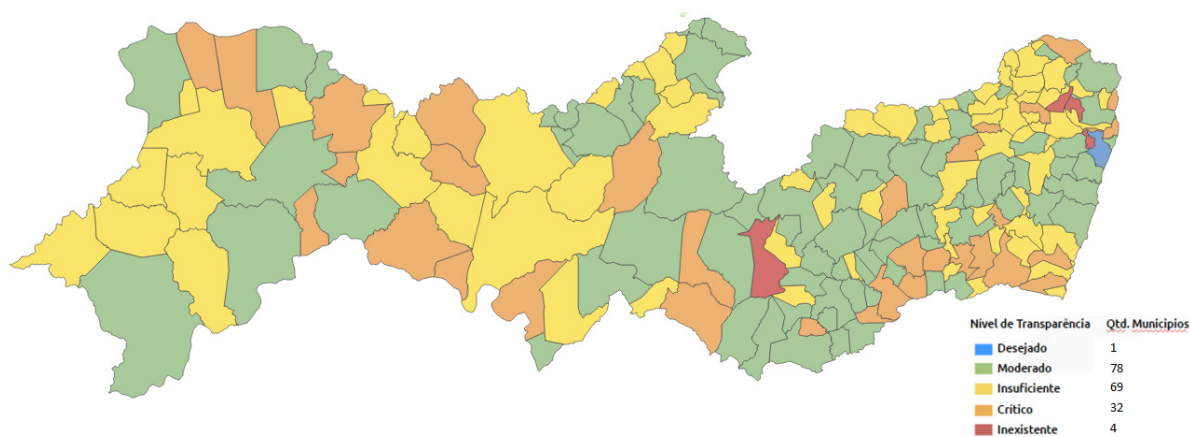


Em 2016, cerca de 43% das prefeituras dos municípios pernambucanos encontram-se nos níveis Moderado e Desejado de transparência pública. Esse percentual era de 27,17%, em 2015.

O Portal da Transparência da Prefeitura do Recife continua sendo o único enquadrado no nível Desejado, embora ainda tenha espaço para melhorias. Por outro lado, houve um aumento razoável de prefeituras cujos Portais da Transparência foram melhor avaliados e passaram a integrar o rol dos enquadrados no nível Moderado de transparência pública. O percentual de municípios que atingiram o nível Moderado passou de 26,63%, em 2015, para 42,39%, em 2016.

Constatou-se também que houve redução no percentual de prefeituras cujos Portais da Transparência não viabilizam um controle social minimamente satisfatório. O percentual de municípios que se encontram nos níveis Inexistente, Crítico ou Insuficiente que era cerca de 73%, em 2015, passou a ser de 57%, em 2016.

O mapa a seguir apresenta o novo mapeamento dos municípios conforme o Nível de Transparência alcançado pelo seu portal, em 2016.

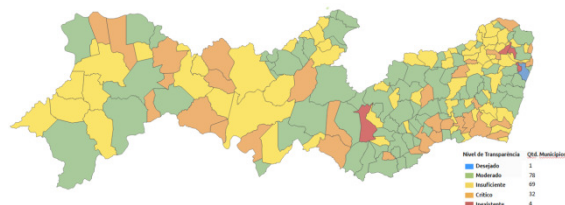


Ao se comparar o resultado obtido em 2016 com o obtido em 2015, percebe-se que um maior quantitativo de municípios teve o seu Portal da Transparência enquadrado no Nível de Transparência Moderado (cor verde), conforme demonstram os gráficos a seguir:

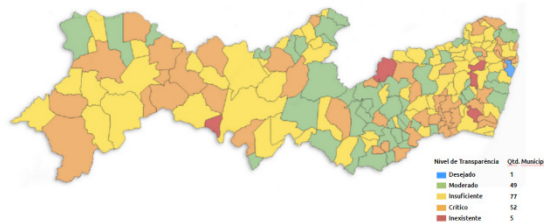


### Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco

#### ITM<sub>PE</sub> 2016



#### ITM<sub>PE</sub> 2015



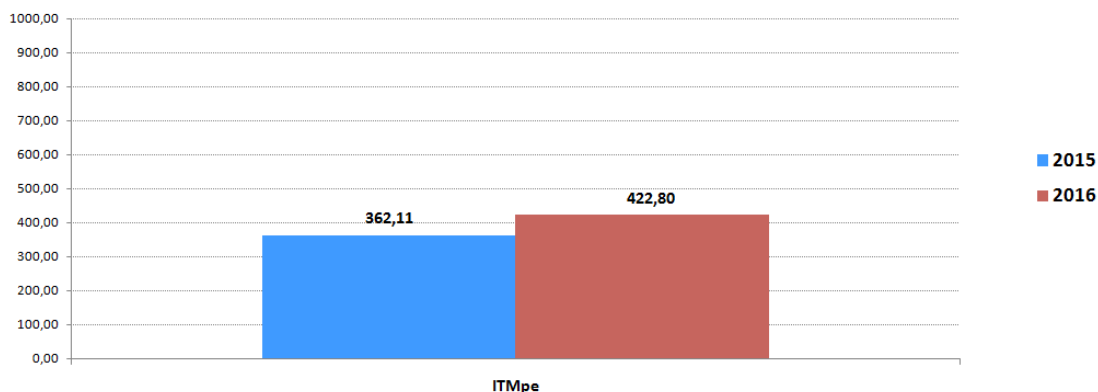
A planilha completa com o ITM<sub>PE</sub> 2016 alcançado por cada uma das prefeituras dos municípios de Pernambuco, bem como o gráfico que demonstra a evolução/involução com relação ao índice obtido em 2015, para cada prefeitura, podem ser consultados no endereço eletrônico <http://www.tce.pe.gov.br/indicadedetransparencia>.

#### 4.9 Evolução do Índice Médio de Transparência das Prefeituras dos Municípios de Pernambuco

Após o cálculo do ITM<sub>PE</sub> 2016 para os 184 municípios pernambucanos, calculou-se a média aritmética das pontuações atribuídas a cada um dos Portais da Transparência das prefeituras com a finalidade de se obter o Índice médio de transparência dos municípios de Pernambuco, bem como avaliar o percentual de evolução com relação aos resultados obtidos em 2015.

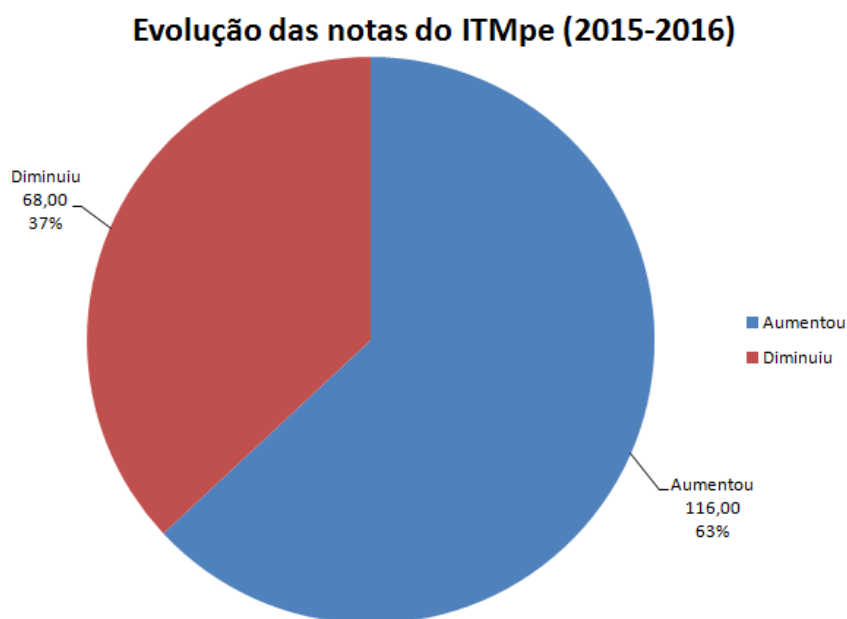
O gráfico a seguir apresenta o comparativo dos Índices médios de transparência nos exercícios 2015 e 2016, onde se pode verificar que em 2016 houve um avanço de 16,8%.

#### Evolução do Índice Médio de Transparência dos Municípios - PE



#### 4.10 Evolução das Notas do ITM<sub>PE</sub> (2015-2016)

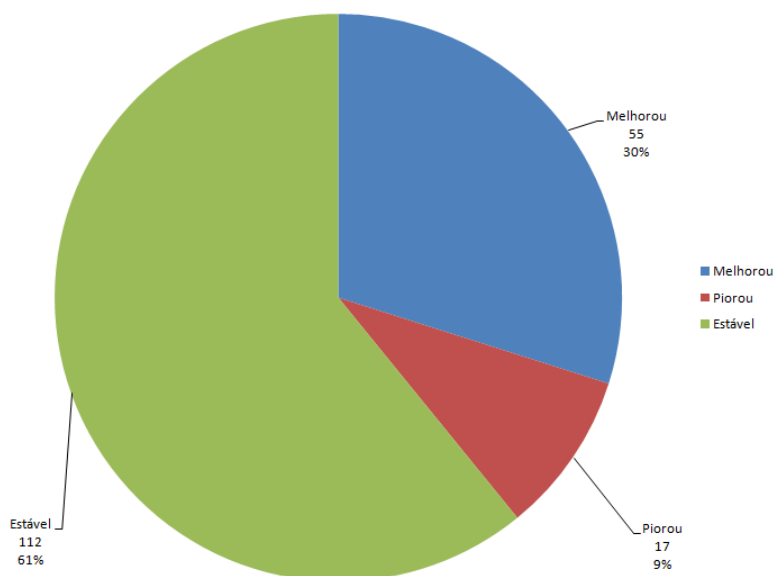
O gráfico a seguir apresenta a evolução das notas atribuídas em 2016 aos Portais da Transparência das 184 prefeituras dos municípios pernambucanos frente aos resultados obtidos em 2015. Pode-se observar que, em 2016, um total de 116 municípios (63%) aumentaram a nota do ITM<sub>PE</sub> enquanto que 68 municípios (37%) tiveram a sua nota diminuída.



#### 4.11 Evolução do Nível de Transparência das Prefeituras (2015-2016)

Do ponto de vista do Nível de Transparência, em 2016, 30% das prefeituras dos municípios pernambucanos ampliaram o seu Nível de Transparência, de acordo com a metodologia adotada pelo TCE-PE, enquanto 61% deles permaneceram no mesmo nível alcançado em 2015. Um total de 17 municípios (9%), todavia, diminuíram o seu nível de transparência pública.

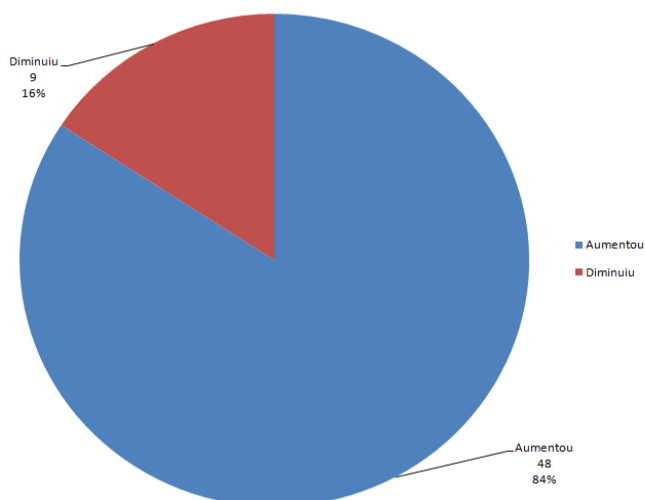
**Evolução do Nível de Transparência das Prefeituras (2015-2016)**



**4.12 Evolução do ITM<sub>PE</sub> 2016 das Prefeituras que em 2015 estavam nos níveis Inexistente ou Crítico em 2015**

Considerando-se apenas as prefeituras que em 2015 se encontravam nos níveis Inexistente ou Crítico, observa-se que, em 2016, 84% delas aumentou o Índice de Transparência enquanto apenas 16% diminuiu.

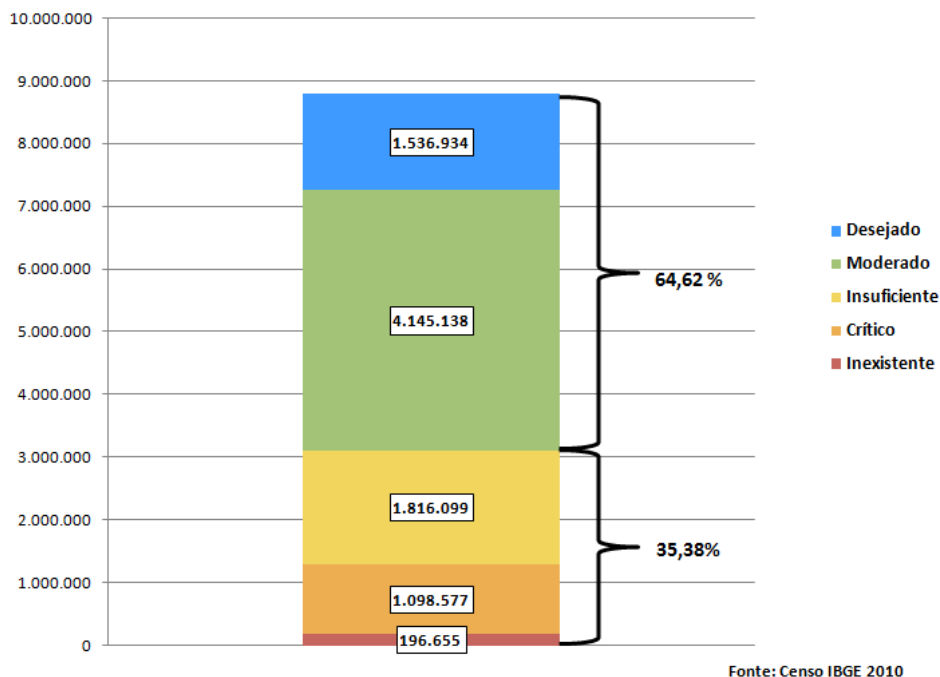
**Evolução do ITM<sub>pe</sub> 2016 para municípios que em 2015 estavam nos níveis Inexistente ou Crítico**



#### 4.13 Nível de Transparência x População

O gráfico a seguir apresenta a distribuição da população do Estado por Nível de Transparência. Em 2016, a maior parte da população pernambucana foi beneficiada, já que para 64,62% dela já é possível o exercício de um controle social mais efetivo, enquanto apenas 35,38% da população encontra-se prejudicada quanto ao exercício do controle social, vez que reside em municípios que alcançaram apenas os níveis de transparência Inexistente, Crítico ou Insuficiente nos portais de suas prefeituras.

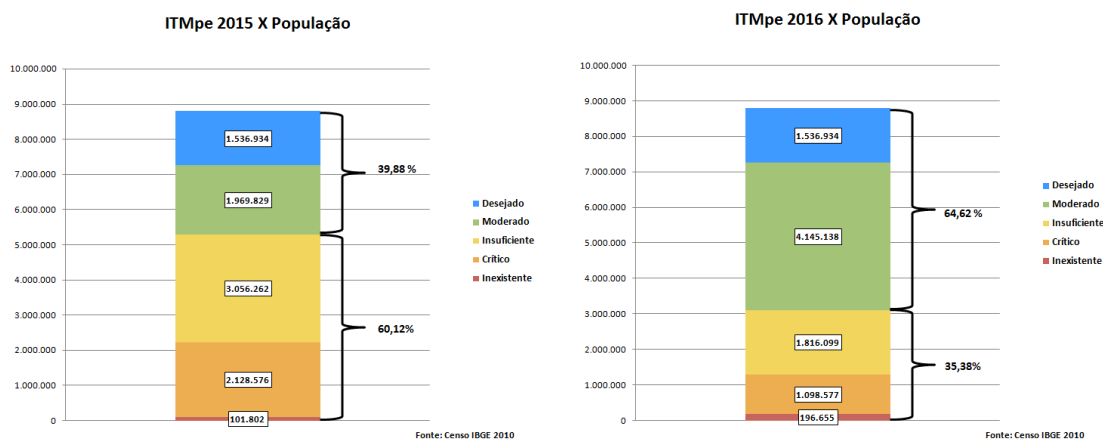
**ITMpe 2016 X População**





**Índice de Transparência  
dos Municípios de Pernambuco**

Comparando os resultados obtidos em 2015 e em 2016, é possível perceber que houve uma inversão, já que, em 2015, apenas a menor parte (39,88%) da população do estado residia em municípios enquadrados nos níveis de transparência Moderado e Desejado.



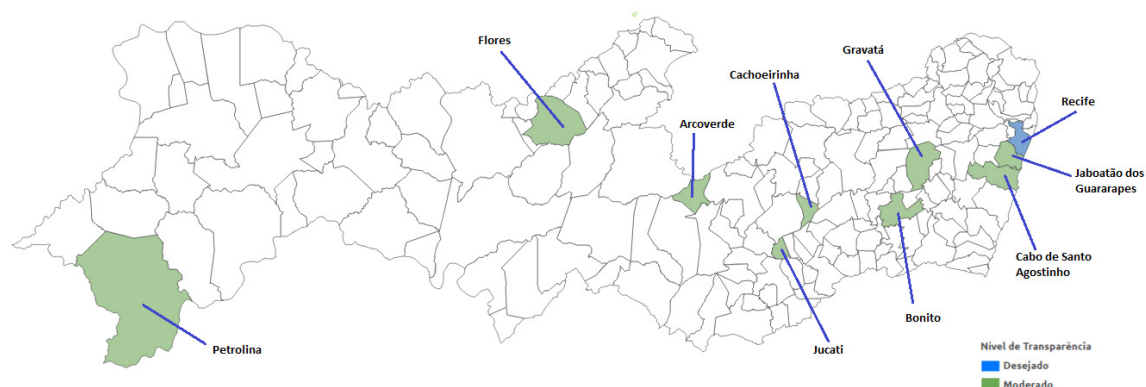
#### 4.14 Municípios com maiores ITM<sub>PE</sub> em 2016

A tabela a seguir apresenta o ranking dos 10 (dez) municípios do estado de Pernambuco cujos portais de transparência obtiveram os maiores índices em 2016:

Posição	Município	ITM <sub>PE</sub> 2016	Nível de Transparência
1º	RECIFE	800,50	Desejado
2º	JABOATÃO DOS GUARARAPES	697,00	Moderado
3º	CABO DE SANTO AGOSTINHO	687,00	Moderado
4º	JUCATI	670,50	Moderado
5º	ARCOVERDE	660,50	Moderado
6º	PETROLINA	652,00	Moderado
7º	CACHOEIRINHA	651,50	Moderado
8º	BONITO	647,50	Moderado

9º	<b>FLORES</b>	<b>646,00</b>	<b>Moderado</b>
10º	<b>GRAVATÁ</b>	<b>636,50</b>	<b>Moderado</b>

No mapa abaixo estão identificados os dez municípios cujas prefeituras obtiveram os maiores ITM<sub>PE</sub> em 2016:



#### 4.15 Municípios com menores ITM<sub>PE</sub> em 2016

A tabela a seguir apresenta o ranking dos 10 (dez) municípios do estado de Pernambuco cujos portais de transparência obtiveram os menores índices em 2016:

Posição	Município	ITM <sub>PE</sub> 2016	Nível de Transparência
175º	<b>CARPINA</b>	<b>75,00</b>	<b>Crítico</b>
176º	<b>SÃO CAETANO</b>	<b>71,00</b>	<b>Crítico</b>
177º	<b>CUMARU</b>	<b>69,00</b>	<b>Crítico</b>
178º	<b>CATENDE</b>	<b>69,00</b>	<b>Crítico</b>
179º	<b>MIRANDIBA</b>	<b>67,50</b>	<b>Crítico</b>
180º	<b>ITAMARACÁ</b>	<b>46,50</b>	<b>Crítico</b>
181º	<b>TRACUNHAÉM</b>	<b>0,00</b>	<b>Inexistente</b>

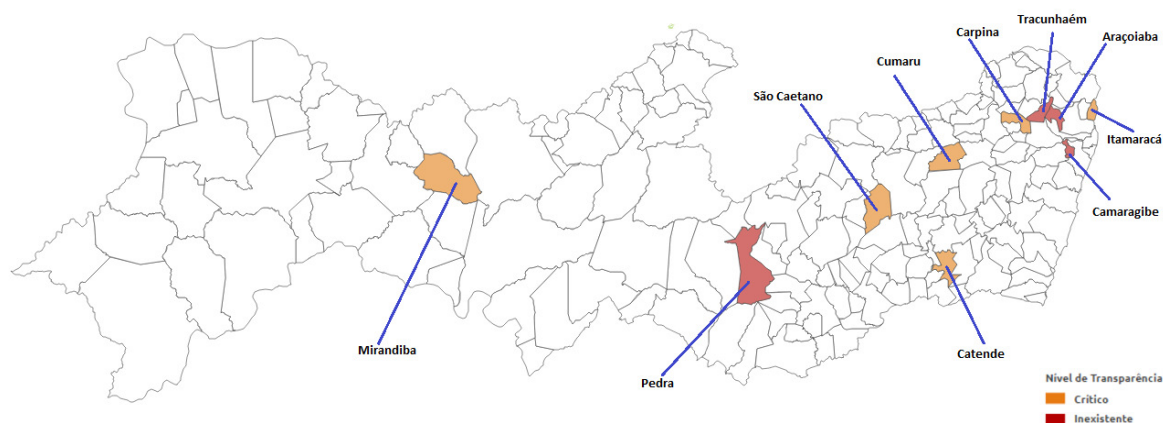




**Índice de Transparência**  
dos Municípios de Pernambuco

181°	<b>CAMARAGIBE</b>	<b>0,00</b>	<b>Inexistente</b>
181°	<b>PEDRA</b>	<b>0,00</b>	<b>Inexistente</b>
181°	<b>ARAÇOIABA</b>	<b>0,00</b>	<b>Inexistente</b>

O mapa abaixo apresenta a localização dos dez municípios cujas prefeituras obtiveram os menores ITM<sub>PE</sub> em 2016:



#### 4.16 Municípios que mais melhoraram o ITM<sub>PE</sub> em 2016

A tabela a seguir destaca os dez municípios do estado que mais empreenderam esforços visando melhorar o seu índice de transparência em 2016:

Ranking	Município	ITM <sub>PE</sub> 2016	ITM <sub>PE</sub> 2015	Diferença
24°	<b>POMBOS</b>	<b>594,50</b>	<b>0,00</b>	<b>594,50</b>
32°	<b>GLÓRIA DO GOITÁ</b>	<b>581,00</b>	<b>0,00</b>	<b>581,00</b>
9°	<b>FLORES</b>	<b>646,00</b>	<b>87,00</b>	<b>559,00</b>
65°	<b>JATAÚBA</b>	<b>530,00</b>	<b>0,00</b>	<b>530,00</b>
22°	<b>BREJÃO</b>	<b>605,00</b>	<b>80,00</b>	<b>525,00</b>
33°	<b>CAPOEIRAS</b>	<b>578,50</b>	<b>59,25</b>	<b>519,25</b>
8°	<b>BONITO</b>	<b>647,50</b>	<b>184,00</b>	<b>463,50</b>
97°	<b>GAMELEIRA</b>	<b>463,50</b>	<b>0,00</b>	<b>463,50</b>



**Índice de Transparência**  
dos Municípios de Pernambuco

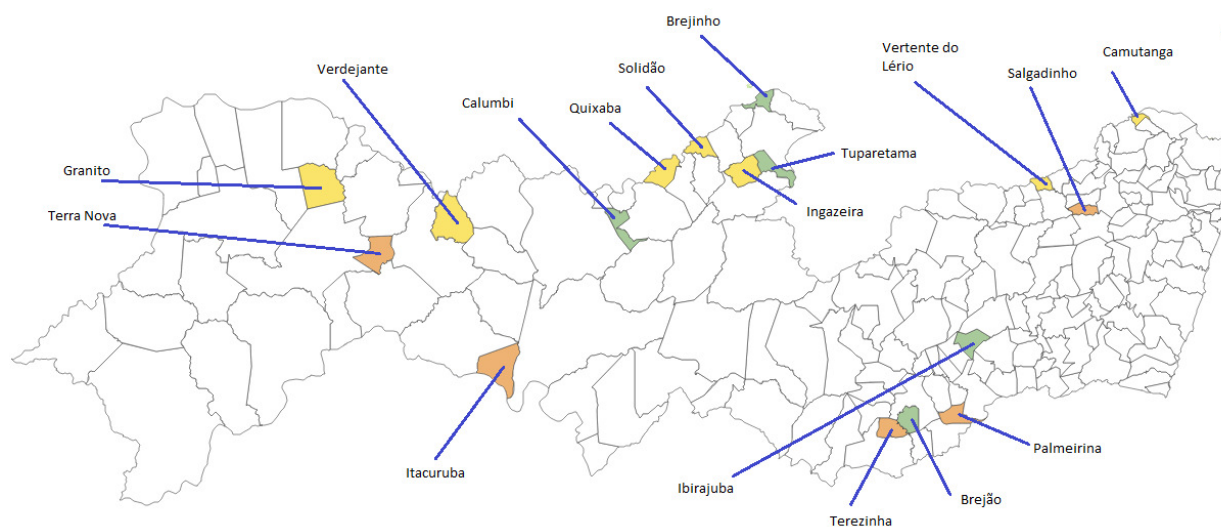
69°	CORRENTES	519,00	59,00	460,00
76°	EXU	505,50	64,00	441,50

#### 4.17 Transparência dos Municípios com menos de 10.000 habitantes

A tabela a seguir apresenta o *ranking* da transparência das prefeituras dos municípios pernambucanos com população abaixo de 10.000 habitantes:

Ranking	Município	ITM <sub>pe</sub> 2016	Nível de Transparência
22°	BREJÃO	605,00	Moderado
42°	IBIRAJUBA	564,00	Moderado
52°	BREJINHO	544,50	Moderado
62°	TUPARETAMA	535,00	Moderado
72°	CALUMBI	511,00	Moderado
100°	INGAZEIRA	458,50	Insuficiente
117°	GRANITO	409,50	Insuficiente
120°	SOLIDÃO	393,00	Insuficiente
124°	QUIXABA	385,00	Insuficiente
130°	VERTENTE DO LÉRIO	356,00	Insuficiente
136°	CAMUTANGA	324,00	Insuficiente
143°	VERDEJANTE	303,50	Insuficiente
152°	TERRA NOVA	210,50	Crítico
157°	SALGADINHO	187,00	Crítico
159°	PALMEIRINA	167,00	Crítico
162°	ITACURUBA	145,00	Crítico
168°	TEREZINHA	119,00	Crítico

Finalmente, o mapa abaixo apresenta a localização das 17 prefeituras pernambucanas com população abaixo de 10.000 habitantes e seus respectivos níveis de transparência:



## 5. INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O TRABALHO REALIZADO

O levantamento do Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM<sub>PE</sub>), referente ao exercício 2016, foi desenvolvido durante os meses de julho a setembro do ano corrente, conforme previamente divulgado<sup>1</sup> na imprensa e na internet .

Saliente-se que, de acordo com a metodologia aplicada, cada critério foi avaliado de forma estática, ou seja, a pontuação considerada foi aquela correspondente à informação disponibilizada pelo Portal da Transparência da Prefeitura no momento da avaliação. Assim sendo, a nota calculada para o ITM<sub>PE</sub> de um município não reflete eventuais alterações realizadas em data posterior ao período em que o respectivo Portal da Transparência foi avaliado pelo corpo técnico do TCE/PE.

---

<sup>1</sup> <http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/lista-noticias/143-junho/2387-tribunal-inicia-levantamento-dos-novos-indices-de-transparencia-dos-municipios>; Diário Eletrônico do TCE/PE, de 28/06/2016.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eduardo Ferreira. **Informação pública como instrumento de controle social**: nível de qualidade da informação disponível nos portais da transparência dos municípios paraibanos. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Guia para criação da seção de acesso à informação nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades estaduais e municipais**. 2013. Disponível em: <[http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia\\_transparenciaativa\\_estadosmunicipios.pdf](http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_transparenciaativa_estadosmunicipios.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Logística e Tecnologia da Informação. **Padrões Web em Governo Eletrônico**: cartilha de usabilidade: versão 1.2. 2010. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/padroes-brasil-e-gov>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. e-MAG: Checklist de acessibilidade manual para deficientes visuais: versão 2.0. 2010. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/checklist-manual-de-acessibilidade-deficientes-visuais>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CONTAS ABERTAS. **Índice de transparência**. 2014. Disponível em: <<http://indicedetransparencia.com/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Resolução CGI.br/RES/2008/008/P** : procedimentos para registro de nomes de domínio. Disponível em: <<http://www.cgi.br/resolucoes/documento/2008/008>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

NUNES, Gissele Souza De Franceschi. **Avaliação da transparência pública à luz da legislação brasileira** : um estudo nos municípios da região sul do Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PARAÍBA. Tribunal de Contas do Estado. **Relatório da transparência pública ativa**. 2015. Disponível em: <<http://portal.tce.pb.gov.br/relatorio-de-transparencia-publica/>>. Acesso em: 27 fev. 2015.



**Responsabilidade pelo Conteúdo**  
Coordenadoria de Controle Externo  
Núcleo de Auditorias Especiais  
Gerência de Auditoria de Tecnologia da Informação

**Equipe de Auditoria e Apoio**  
Alexandre Henrique de Farias Brainer  
José Ricardo Ferreira Figueirôa  
Fernanda Maria Pierre de Farias  
Sandra Maria Bezerra de Lima Silva  
Nathalia Luize de Oliveira Neves

**Coordenadores**  
Fausto Stepple de Aquino  
Maria Elza da Silveira Barros Galliza  
Paulo Ricardo Lins da Silva  
João Rildo de Araújo e Silva Filho  
Regina Cláudia Alencar Ximenes

**Responsabilidade Editorial**  
Gerência de Auditoria de Tecnologia da Informação

Endereço para contato e consulta na Internet

TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO  
Rua da Aurora, 885, Boa Vista  
CEP 50.050-910 Recife-PE  
Fone PABX: (81) 3181-7600  
Fax: (81) 3423-1512  
Ouvidoria: 0800.081.1027.

<http://www.tce.pe.gov.br>

[ouvidoria@tce.pe.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.pe.gov.br)

<https://www.facebook.com/TribunaldeContasdePernambuco>